

# Ciência e Território na Trajetória de Antônio Luís Von Hoonholtz

*Science and Territory in the Trajectory of Antônio Luís Von Hoonholtz*

Ciencia y Territorio en la Trayectoria de Antônio Luís Von Hoonholtz

**Olivia da Rocha Robba<sup>1</sup>**

Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologias pela mesma Universidade; é Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Substituta de História da Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul. Email: prof.olivia-robba@gmail.com

## RESUMO

Neste artigo, pretendo analisar a trajetória de Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé, desde o período de sua formação na Academia de Marinha (AM), passando por sua participação na Guerra do Paraguai até a criação da Repartição Hidrográfica da Marinha (RHM), da qual foi o primeiro diretor e permaneceu à frente por 14 anos. A partir dessas informações, destaca-se a importância do Barão de Teffé na defesa da ciência nacional, sobretudo na área da hidrografia durante a segunda metade do século XIX, voltada para o esquadrinhamento das bacias hidrográficas, rios e lagos navegáveis do território brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trajetória, Biografia, Barão de Teffé, Repartição Hidrográfica, História da Ciência.

## ABSTRACT

*In this article I intend to analyze the trajectory of Antônio Luís von Hoonholtz, Baron of Teffé, from the period of his training at the Naval Academy (AM), through his participation in the Paraguayan War, to the creation of the Hydrographic Department of the Navy (RHN), of which he was the first director and remained at the head for 14 years. This information highlights the importance of the Baron of Teffé in the defense of national science, especially in the field of hydrography during the second half of the 19th century, which focused on surveying the hydrographic basins, rivers and navigable lakes of Brazilian territory.*

**KEYWORDS:** Trajectory, biography, Baron of Teffé, Hydrographic Division, history of science.

**RESUMEN** *En este artículo pretendo analizar la trayectoria de Antônio Luís von Hoonholtz, el Barón de Teffé, desde el período de su formación en la Academia Naval (AM), pasando por su participación en la Guerra del Paraguay hasta la creación del Servicio Hidrográfico de la Marinha (SHM), de la que fue el primer director y permaneció al frente durante 14 años. De esta información se destaca la importancia*

*del barón de Teffé en la defensa de la ciencia nacional, especialmente en el área de la hidrografía durante la segunda mitad del siglo XIX, centrada en la investigación de cuencas hidrográficas, ríos y lagos navegables en Brasil. territorio.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Trayectoria, Biografía, Barón de Teffé, División Hidrográfica, Historia de la Ciencia.*

## INTRODUÇÃO

Nascido em 9 de maio de 1837, na província do Rio de Janeiro, durante a Regência Padre Antônio Feijó (1835-1837), período de instabilidade política e social marcado por revoltas como a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Sabinada em Salvador (1837-1838) e Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), Antônio Luís von Hoonholtz também vivenciou as grandes transformações sociais ocorridas na segunda metade do oitocentos. Dentre estas, podemos citar a guerra do Paraguai (1864-1870), da qual participou ativamente; o processo de libertação de negros escravizados (1888); a proclamação da república (1889) e, no final de sua vida, a revolução de 1930, que pôs fim à primeira república.

Também conhecido como Barão de Teffé, ao longo de sua vida atuou como militar, diplomata, geógrafo e político. Foi o mais novo de cinco filhos do militar de origem prussiana, o conde Frederico Guilherme von Hoonholtz (1795-1837) e Joana Cristina van Engel Alt von Hoonholtz (1806-1889), que se mudaram para o Brasil em 1824, durante o primeiro reinado, com o fim de integrar um exército de mercenários<sup>2</sup> a serviço do imperador D. Pedro I na campanha Cisplatina.

Nesse sentido, Ribeiro (2019) afirma que, embora não se tenha registros abundantes sobre oficiais de origem europeia nas forças armadas ao longo do oitocentos, os poucos que se têm conhecimento, encontraram na oficialidade da corte,

espaço e oportunidade para influir com suas práticas e ideias remanescentes da Europa:

A historiografia brasileira não produziu nenhuma análise no sentido proposto. Entretanto, num breve levantamento, é possível identificar vários militares europeus chegados ao Brasil no mesmo contexto e que aqui desenvolveram carreiras duradouras. Por exemplo, o patrono da artilharia, barão de Itapevi, Emílio Luiz Mallet, nascido na França, cuja família veio para o Brasil fugindo de Napoleão; Gustavo Henrique Brown, inglês, com altos postos nos exércitos de seu país e de Portugal, mas que serviu ao Brasil na década de 1820; e ainda o ex-oficial napoleônico Pierre ou Pedro Labatut, questionado por arremeter escravos na luta para a expulsão dos portugueses da Bahia. Inclusive foram publicados diários escritos por soldados da fortuna trazidos da Europa para o serviço do Brasil nos inícios dos oitocentos. Eram alemães, suíços, franceses, dentre outras nacionalidades. (Ribeiro, 2019, p.102)

Foi dentro deste contexto que a família de Antônio Luís von Hoonholtz imigrou para o Brasil para integrar o exército arregimentado pelo governo imperial para proteger o projeto de independência do Brasil durante o primeiro reinado e ajudar a consolidar a construção de um estado nacional coeso. Após o retorno de D. Pedro I para Portugal, sua família se mudou para Itaguaí, na província do Rio de Janeiro.

De acordo com seu registro no Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional<sup>3</sup>, em 25 de fevereiro de 1852, aos 14 anos de idade, assentou praça na Academia de Marinha (AM) e graduou-se como Guarda-Marinha em 16 de novembro de 1854. Ao longo de sua trajetória como Oficial da Armada Imperial, demonstrou notório interesse por questões afetas à ciência, em especial a hidrografia, destacando-se em sua carreira tanto no aspecto militar-naval quanto na qualidade de hidrógrafo.

### **FORMAÇÃO INTELECTUAL**

A AM foi uma instituição de ensino militar derivada da Academia de Guardas-Marinha (AGM), criada em Portugal em 1782, no reinado de D. Maria I (1777-1816). Sua finalidade foi profissionalizar os militares da Armada Real por meio de conhecimentos científicos ilustrados, com ênfase no ensino da matemática, além dos estudos na área de balística e reprodução de cartas náuticas em até três anos de curso.

Segundo Oliveira (2005), a AGM foi a única instituição de ensino superior transferida para o Brasil com a Família Real em 1808, a bordo da nau *Conde D. Henrique*, sob o comando do Capitão de Fragata e lente José Maria Dantas Pereira<sup>4</sup>.

Ao dar início às suas atividades no Brasil, a AGM trazia consigo um acúmulo de conhecimentos técnicos e científicos que já faziam parte da formação de seus quadros, como geometria, desenho, astronomia, geodésia<sup>5</sup> e afins, o que lhe confere grande importância por não se restringir a uma mera instituição de caráter militar, como também de uma instituição científica de nível superior responsável por, através de seus compêndios, manuais, instrumentos científicos e do seu observatório, reproduzir, reelaborar e fazer circular co-

nhecimentos científicos na colônia. (Oliveira, 2005, p.146-159)

O jovem Hoonholtz graduou-se como guarda-marinha no período em que uma série de reformas (em 1839 e 1849) modificaram o estatuto de 1796, que até então só permitia o ingresso de membros de famílias nobres e de militares na AM. Com a promulgação do decreto nº 2.163, de 1º de maio de 1858<sup>6</sup>, pelo Ministro da Marinha José Antônio Saraiva<sup>7</sup>, operou-se “a transição de um oficialato aristocrático para um mais moderno, no que se refere ao setor da formação e do ingresso a carreira militar” (Donin, 2014, p.144).

De acordo com Donin (2014), estas reformas são resultado de um projeto político que coincide com o regresso conservador ao poder, buscando o rompimento com tradições e privilégios herdados do período colonial e transformar a Armada Imperial em um braço da administração do estado nacional que se consolidava.

Segundo os registros no Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional, Antônio Luís von Hoonholtz foi aprovado plenamente em Matemática e no Aparelho no primeiro ano de curso; em Matemática, Arquitetura Naval e Desenho de Paisagem no segundo ano; e, no último ano, em Artilharia, Máquina à Vapor, Teoria da Fabricação de Pólvora e Observatório Astronômico. (3º Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional. Nº 47624. p. 200).

Evidencia-se que os anos de formação na AM proporcionaram a Antônio Luís von Hoonholtz uma preparação de caráter técnico e científico característico do século XIX. Este modelo influenciou as atividades realizadas pela oficialidade da Armada Imperial, que estava familiarizada com cálculos matemáticos, conhecimentos astronômicos e uso de instrumentos óticos de precisão como cronômetros, bússolas e lunetas, de extrema importância para

realizar cálculos que permitissem traçar coordenadas geográficas na superfície da terra, a partir da posição dos astros, para levantamentos hidrográficos e elaboração de cartas cartográficas.

Em 1857, no início de sua carreira, quando ainda era ajudante de ordens do Almirante Joaquim Raimundo Lamare<sup>8</sup>, futuro Visconde de Lamare, Hoonholtz destacou-se por executar um dos primeiros trabalhos realizados pela Marinha brasileira, “O levantamento hidrológico da baía de Guanabara”, que despertou seu interesse pela hidrografia como uma ciência a ser realizada por brasileiros, devido aos interesses estratégicos existentes por trás desta atividade.

De Lamare defendia a implantação de um serviço nacional de hidrografia, atividade que mesmo após a Independência ainda era executado por missões estrangeiras de reconhecimento. Na primeira metade do século XIX, os levantamentos hidrográficos e a produção de cartas náuticas da costa brasileira eram feitos por hidrógrafos franceses, com destaque para o Capitão de Fragata Amédée Ernest Barthélemy Mouchez (1821-1892).

A transferência da AGM para o Brasil permitiu o surgimento de jovens oficiais com conhecimentos científicos que os capacitavam a realizar levantamentos hidrográficos com a mesma qualidade dos franceses, como Manoel Antônio Vital de Oliveira, considerado o Patrono da Hidrografia Brasileira<sup>9</sup>.

Em 23 de novembro de 1858, o então Segundo-tenente Hoonholtz foi nomeado instrutor de Hidrografia e Desenho da AM. A bordo da *Corveta Bahiana* seguiu como instrutor de Guardas-marinha em viagem de instrução para a Europa em janeiro do ano seguinte. De volta ao Rio de Janeiro, veio a trabalhar com o irmão do almirante Joaquim José Inácio<sup>10</sup>, futuro Visconde

de Inhaúma, a quem dedicou o seu “Compendio de Hidrografia” (1859), considerada a primeira obra sobre o tema em língua portuguesa adotada na AM.

De 1862 a 1864, sob a patente de Primeiro-tenente, assumiu o comando da *Canhoneira Araguari* e passou a integrar a esquadra incumbida de fazer o levantamento hidrográfico da Ilha de Santa Catarina, considerada estratégica pela possibilidade de converter-se em local de apoio para eventuais ações no Rio do Prata.

Portanto, em 1864, no início do conflito armado contra o Paraguai, Hoonholtz já atuava no cone sul do Brasil, fazendo levantamentos hidrográficos com informações sobre a navegabilidade nos principais rios daquela região, sobretudo na Bacia do Prata e do Paraguai. Não por acaso, de acordo com Fernando de Azevedo, o decênio 1860-1870 foi a década em que, na História da Geografia, houve uma intensificação dos estudos hidrográficos. (Azevedo, 1994, p.374).

## **A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)**

Outro momento definidor para a carreira de Antônio Luís von Hoonholtz foi a sua participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), sobretudo na Batalha do Riachuelo. De acordo com a historiografia<sup>11</sup>, a “Guerra do Paraguai foi o fator mais importante na construção da identidade brasileira no século XIX” (Carvalho, 2005, p. 70), mais até do que a independência, cuja noção de identidade brasileira estava muito mais relacionada ao antilusitanismo<sup>12</sup> do que à construção simbólica de coesão social e do sentimento de pertencimento ao mesmo território e à mesma nação que se consolidou após a disputa.

Ao comentar a participação de Benjamin Constant<sup>13</sup>, oficial de Estado Maior do Exército, na Guerra da Tríplice Aliança, Re-

nato Lemos (1997) demonstra como a trágica disputa impactou uma parcela expressiva da população brasileira, sobretudo os militares, e representou um marco definidor entre o apogeu e o ocaso do império:

É importante pensar a ideia de "povo" para que não se subestime o efeito dessa experiência sobre a formação emocional, política e ideológica de uma parcela certamente expressiva dos habitantes - dos indivíduos, portanto - do território brasileiro, assunto que ainda aguarda uma investigação profunda. Embora desigualmente, a guerra, que Joaquim Nabuco (1975:439) considerou o marco divisório entre o apogeu e a decadência do Império, envolveu tragicamente os povos argentino, brasileiro, paraguaio e uruguaio. (Lemos, 1997, p.70-71.)

As cartas escritas por Antônio Luís von Hoonholtz que narram suas memórias sobre o conflito, destinadas ao seu irmão Frederico José von Hoonholtz, que residia

no Rio de Janeiro, foram publicadas em formato de livro, "Memórias do Almirante Barão de Teffé" (1865), um importante registro dos principais embates entre a frota brasileira e a paraguaia na Batalha do Riachuelo.

Ele também reproduziu em seu livro o "Plano Naval da Batalha do Riachuelo", publicado originalmente na revista "Semana Ilustrada"<sup>14</sup> que, articulado com o seu relato no livro, permite uma melhor compreensão do conflito:

No "trecho do Rio Paraná, na curva pronunciada onde desagua um riacho insignificante sem nome - *El Riachuelo* - la-deado de barrancas inçadas de canhões e de estativas de foguetes à Congreve secundadas por infindas linhas de atiradores" (Teffé, 1865: p.11), Hoonholtz no comando da *Canhoneira Araguari*, participou do desenlace de um dos mais importantes confrontos da Guerra do Paraguai, que garantiu ao Brasil e seus aliados amplo acesso aos rios da Bacia do Prata.

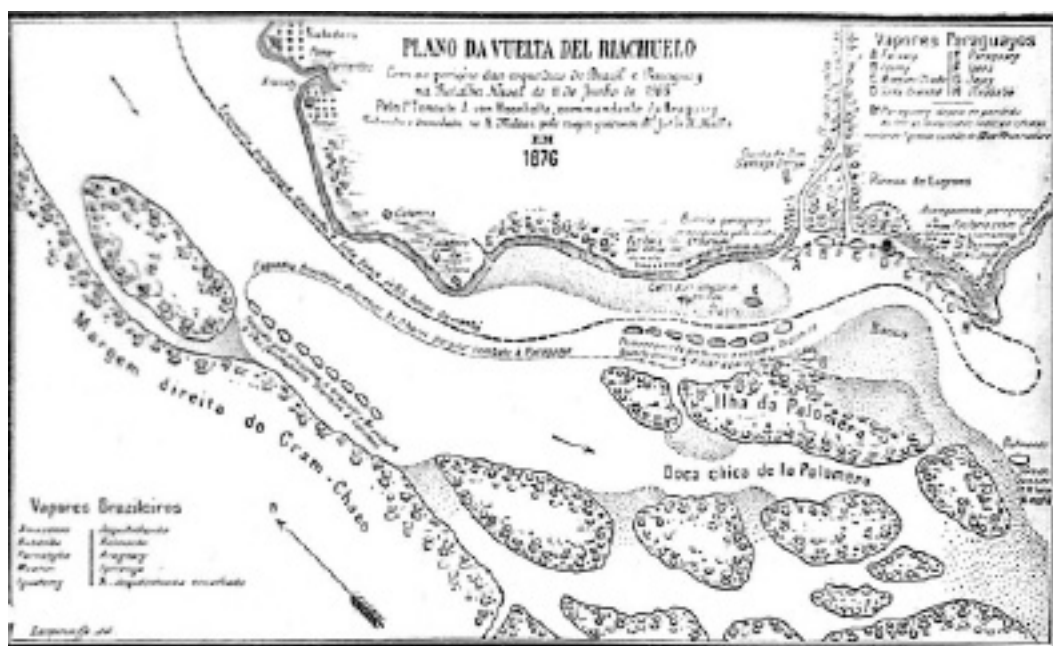


Imagem 1: Plano da Batalha Naval do Riachuelo, dada a 11 de junho de 1865<sup>15</sup>. Elaborada pelo 1º Ten. da Armada Antônio Luís von Hoonholtz, comandante da *Canhoneira Araguari*. Fonte: Hoonholtz, 1865, p.12.

Devido à grande importância desta disputa para a construção da memória da marinha, todo dia 11 de junho é comemorado o dia da Marinha<sup>16</sup>.

Em 1866, na Batalha de Passo da Pátria, teve importante participação empregando seus conhecimentos hidrográficos ao sondar a navegabilidade do Rio Paraná até Irati, com o fim de subsidiar as decisões a respeito do melhor ponto para o desembarque das tropas aliadas em território paraguaio.

Por sua atuação na disputa, foi condecorado com a medalha de prata do Riachuelo, a medalha do mérito militar e a medalha da campanha geral do Paraguai.

Foi no percurso da Guerra que no dia 8 de setembro de 1868, Hoonholtz se casou com Maria Luiza Dodsworth, pertencente a uma família tradicional do Rio de Janeiro, filha do imigrante escocês George John Dodsworth (1810-?) e Maria Leocádia do Nascimento Lobo (aprox. 1815-1879), irmã de Jorge João Dodsworth (1841-1899), que futuramente se tornaria o 2º Barão de Javari. O casal teve quatro filhos, dentre eles, Nair de Teffé von Hoonholtz<sup>17</sup> que, em 1913 viria a se casar em Marechal Hermes da Fonseca<sup>18</sup> e se tornaria primeira-dama do Brasil até 1914.

Em 1871, Hoonholtz foi incumbido de chefiar a expedição demarcatória da linha fronteira com o Peru, nas nascentes dos Rios Japurá e Javari, parte ocidental do Rio Amazonas, estabelecidas como fronteiras naturais entre os dois países e que assegurou extensas áreas ao território brasileiro. Foram cerca de três anos de trabalho que vitimaram dezenas de membros da expedição, inclusive seu irmão mais velho, Carlos Guilherme von Hoonholtz (?- 1874), que atuava no grupo como agrimensor, responsável pela medição e demarcação de terrenos.

Como reconhecimento pelo sucesso da expedição demarcatória após duas tentativas frustradas, em 11 de junho de 1873 Hoonholtz se tornou o primeiro Capitão de Fragata agraciado pelo imperador com o título nobiliárquico de Barão de Teffé. Três anos mais tarde, após o acúmulo de experiência, conhecimentos e prestígio com os levantamentos hidrográficos durante o conflito, foi designado como o primeiro diretor da Repartição Hidrográfica. De acordo com a geógrafa Cristina Pessanha Mary,

Durante a Guerra do Paraguai, Teffé manteve-se sob as ordens do Almirante de Lamare. Neste período fez pequenos levantamentos cartográficos, necessários ao planejamento estratégico dos combates, tendo participado da Batalha do Riachuelo. A experiência acumulada, e os contatos realizados nas várias missões encetadas, terminaram por alçar Teffé à Presidência da Repartição Hidrográfica do Império, em 1876, tendo sido seu primeiro presidente.

Esta instituição, criada em 1876, sintetizava o sonho do Almirante De Lamare e do próprio Teffé, a saber: a confecção de uma carta hidrográfica puramente nacional, que abrangesse a extensa costa do Brasil, desde o limite setentrional, com a Guiana Francesa, até a fronteira do sul, com a República Oriental do Uruguai. (Mary, 2009, p.3)

A criação da RHM em fevereiro de 1876, foi fundamental para a consolidação do saber geográfico no Brasil. Em específico, da hidrografia, que naquele período, limitava-se à descrição do território e era de grande relevância para o esquadramento dos rios navegáveis e costa do Brasil, além de importante instrumento para a manutenção da unidade nacional.

## **REPARTIÇÃO HIDROGRÁFICA DA MARINHA (RHM)**

Criada através do Decreto nº 6.113, de 2 de fevereiro de 1876<sup>19</sup>, assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Luiz Antônio Pereira Franco<sup>20</sup>, estabelecia que a RHM deveria ter um Diretor Geral que ocupasse o cargo de Oficial General ou Superior da Armada a ser nomeado por decreto do próprio imperador. Além dele, deveria ser composta por três ajudantes com patente de oficial de “reconhecida inteligência e aptidão para a especialidade”, dos quais o mais graduado deveria ocupar a função de vice-diretor, além de um desenhista e um porteiro integrando a equipe.

De acordo com Tetrá de Teffé, a criação da Repartição Hidrográfica foi uma recomendação do então Ministro da Marinha Manuel Antônio Duarte Azevedo<sup>21</sup> em 1871:

‘A prática da hidrografia na costa é incontestavelmente o mais importante serviço que um tempo de paz pode prestar a Marinha de Guerra a um Estado que possui 1200 léguas banhadas pelo oceano’. E salientou: ‘A frente dos trabalhos hidrográficos tem estado o Capitão-de-Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, que, com muita inteligência e zelo, há estudado o modo por que se faz este serviço nas marinhas que nos servem de exemplo por seu adiantamento’. Era o próprio Ministro quem reconhecia publicamente os esforços de Hoonholtz, comentando não ser possível, embora toda a perícia e dedicação, ficar o assunto entregue a um só oficial, em acanhadas instalações, verbas deficientíssimas e ausência quase completa de auxiliares. Somente em 1875 foi criada a Repartição Hidrográfica, e ainda há de reconhecer-se que, para a consecução desse triunfo, muito contribuiu a ação de Hoonholtz, ao regressar Barão de Teffé das fronteiras do Peru. (Teffé, 1977, p.128).

Nomeado como o primeiro diretor-geral da instituição, o Barão de Tefé comandou as primeiras expedições destinadas a levantar dados hidrográficos em companhia de dois auxiliares. São eles o desenhista Lauriano José Martins Penha Júnior<sup>22</sup> e o segundo-tenente Artur Índio do Brasil<sup>23</sup>, indicados para serem seus ajudantes naquela repartição.

De acordo com o Decreto nº 6113, as principais atribuições da RHM seriam em primeiro lugar, o levantamento e construção da carta geral das costas do Brasil, que abrangesse todos os portos, rios e lagoas navegáveis. Além disso, a aquisição de todos os mais trabalhos até agora executados e referentes à navegação dos nossos mares e vias fluviais, quer se achem impressos, quer existam ainda em manuscrito, e o exame de todos os cronômetros e mais instrumentos náuticos, astronômicos, ópticos, geodésicos e meteorológicos, que se tiver de comprar para confecção de um perfeito e minucioso roteiro geral da nossa costa, o que demonstra uma preocupação com a produção e levantamento de conhecimentos sobre a costa brasileira, portos, rios e lagoas navegáveis.

Para estes militares já havia o entendimento que a criação de uma Repartição Hidrográfica que atuasse de forma permanente a serviço dos interesses nacionais, não se restringia a uma questão de afirmação do saber nacional, mas também de soberania da nação e proteção do seu território:

No seu primeiro relatório, como presidente daquela Repartição, Teffé relatou os esforços anteriores, seus e do Almirante de Lamare, em *prol* da criação daquele serviço hidrográfico, sem o qual os oficiais da Marinha de Guerra permaneceriam necessitando de estrangeiros que lhes indicassem o caminho mais seguro para chegar aos seus portos. (*op. cit.*, p.3)

Cristina Pessanha Mary, em seu artigo sobre a participação do Barão de Teffé na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) em 1883, da qual era sócio-fundador, chama atenção para o seu “destaque na defesa de uma ciência nacional, isto é, realizada por brasileiros e centrada no território do império do Brasil”. (op.cit., p.1)

Ao analisar o primeiro relatório de Hoonholtz como presidente da RHM, o registro sobre como se antecipou a uma missão francesa na verificação de um banco de areia em Abrolhos, evidencia que sua “preocupação com a criação de um serviço hidrológico nacional foi uma constante em sua vida” (op.cit., p.3). Para Teffé, a necessidade de legitimação do serviço prestado pela marinha era de grande importância para proteger interesses políticos e econômicos, além de justificar sua existência.

Já Martins (2006) destaca outros fatores que também contribuíram para a criação de uma instituição que centralizasse todas as atividades hidrográficas e, em especial, da costa do Brasil:

Com o aumento mundial do interesse pela navegação e, conseqüentemente, de sua segurança, obtida pelos estudos hidrográficos, o Brasil, de extensas costas navegáveis, recebia de muitos países inúmeras informações náuticas que modificavam roteiros, acrescentavam acidentes nas cartas, ou diretamente, ou em Avisos aos Navegantes, que eram enviados para o Quartel-General da Marinha, onde possivelmente se perdiam, pois não havia quem deles se encarregasse. (Martins, 2006, p.82-83)

Uma observação importante é que suas ações estavam inseridas em um contexto de afirmação do saber nacional, forjado no romantismo, que defendia

que somente um brasileiro seria capaz de compreender a realidade e as necessidades da nação.

Kury (2007), ao analisar a produção de saber no Brasil após a consolidação das instituições científicas na segunda metade dos oitocentos, a exemplo da Comissão Científica de Exploração (1859-1861), organizada sob influência do romantismo que afirmava a concepção de que só um brasileiro pode conhecer o Brasil, em oposição às concepções então vigentes de que as regiões de clima quente não seriam capazes de produzir conhecimento científico válido afirma que:

Os homens de ciência locais forjaram sua identidade e legitimaram sua demanda para produzir saber enfrentando conceitualmente a ideia de que os climas quentes não são adequados para a produção de conhecimento válido. (Kury, 2007, p.87)

O bom resultado das medições astronômicas e geodésicas no exercício de sua atividade, ainda que com escassez de recursos, terminaram por render a Teffé o convite do então Diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (IORJ), o astrônomo belga Luis Cruls<sup>24</sup>, para integrar uma comissão de observação da passagem de Vênus.

### **A PASSAGEM DE VÊNUS (1882)**

Em 1882, o IORJ, sob a gestão de Cruls, participou do esforço internacional de 14 países para calcular a paralaxe solar, ou seja, a distância entre a terra e o sol, por ocasião da passagem de Vênus sobre o disco solar. Para tal feito, foram organizadas três expedições de observação do fenômeno astronômico, ocorrido no dia 6 de dezembro de 1882, com a participação da RHM, na época dirigida pelo Barão de Teffé. O convite feito por Cruls ao diretor



da RHM foi prontamente aceito e destaca suas contribuições para a ciência:

A alta consideração que tributo a V. Exa. pelos relevantes serviços científicos que prestou ao Brasil me leva submeter à sua apreciação o seguinte projeto cuja realização de grande alcance para a ciência astronômica depende de V. Excia.

A observação da próxima passagem de Vênus, que terá lugar a 6 de dezembro de 1882, dará ocasião a todas as nações cultas de organizar e mandar um certo número de comissões para diversos pontos do globo, convenientemente escolhidos, a fim de se reunir o maior número possível de dados para a solução de tão alto problema astronômico, como é o da determinação da paralaxe solar, e ao qual todas as sumidades científicas procurarão associar a sua cooperação.

Além da estação que será estabelecida no Imperial Observatório do Rio, tenciona-se organizar, com o pessoal dos astrônomos, uma ou duas outras estações em pontos geográficos cuja situação oferece maior probabilidade de bom tempo do que a do Rio, e neste fim já se pediu ao Governo o necessário crédito. Além destas expedições conviria que se organizassem mais uma ou duas destinadas a observar em pontos diversos, em condições vantajosas de observação.

Estas últimas comissões poderiam ser organizadas com o pessoal científico debaixo de sua esclarecida direção (...). (Annaes do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, 1887, p.9)

Assim, foram organizadas três expedições com estações de observação em Punta Arenas, Chile, chefiada por Cruhs; na Ilha de São Tomás, possessão dinamarquesa nas Antilhas, sob a liderança de Tefé; e em Pernambuco, comandada pelo astrônomo Julião de Oliveira Lacaille<sup>25</sup>. Além disso,

haveria a manutenção de uma estação fixa no IORJ, no morro do Castelo, no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de João Carlos de Souza Jacques<sup>26</sup>, que contou com a presença do imperador D. Pedro II, acompanhado da filha princesa Isabel e seu genro, o conde D'eu. Porém, devido ao mau tempo, não puderam realizar observações.

Apesar da grande oposição enfrentada no parlamento e na imprensa<sup>27</sup>, a expedição conseguiu arrecadar os recursos necessários para financiar sua ida e em 22 de setembro de 1882, embarcou a caminho da ilha de São Tomás. O grupo era formado pelo capitão de mar e guerra Barrão de Tefé; do Capitão-tenente Francisco Calheiros da Graça; do Primeiro-tenente Arthur Índio do Brasil e por dois auxilia-



Imagem 2: Imagem da Expedição para observação da passagem de Vênus na Ilha de São Tomás, no caribe Britânico, formada pelo Capitão-Tenente Calheiros da Graça e pelo 1º Tenente da Armada Índio do Brasil. Por Marc Ferrez. Fonte: BN, Comissão Astronômica Brasileira: passagem de Vênus de 6 de dezembro de 1882

res, o guardião da armada Barros Lobo e do marinheiro Armada e João Gonçalves.

Como resultado, produziu-se uma farta documentação composta por imagens; relatos de viagem; relatórios elaborados pela equipe de observação sobre o treinamento e formação dos envolvidos; compra e preparo dos instrumentos científicos utilizados; dos resultados das observações e do esforço para empreender uma expedição científica que, além de contribuir com os cálculos para a determinação da distância entre a terra e o sol, pretendia inserir o país no concerto das nações civilizadas.

Ronaldo Mourão (2005) faz um importante levantamento de fontes sobre as contribuições do Barão de Teffé na expedição que vão desde a preparação dos membros, aquisição de instrumentos científicos, detalhes do embarque até



Imagem 4: Barão de Teffé. Fonte: Acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



Imagem 3: Observatório D. Pedro II, Ilha de S. Thomaz, possessão dinamarquesa nas Antilhas: vista interior da parte de Oeste do grande pavilhão central contendo a equatorial do Barão de Teffé.

Fonte: BN. Coleção Thereza Christina Maria.

a chegada nas Antilhas e o resultado de suas observações. Estas contribuições abriram as portas ao Barão de Teffé para diversas academias e agremiações científicas na Europa. E o astrônomo Runds-thein Nader (2015), atualiza essa discussão com sua tese que comprova como tais fenômenos astronômicos observados ao longo do séc. XIX foram importantes no processo de modernização da astronomia observacional no Brasil, além demonstrar como foi a recepção das notícias sobre a expedição pela imprensa e pasquins de grande circulação na capital da corte.

A precisão das observações garantiu a Luis Cruls o recebimento da Ordem da Rosa pelo Imperador do Brasil e uma condecoração da Academia de Ciências de Paris. Para Teffé, propiciou o reconhecimento do Imperador D. Pedro II, que em 1882, o elevou à dignidade de Grande do Império.

A repercussão positiva dos resultados de suas observações no Congresso de Geodésia de 1888, em Paris, lhe rendeu um convite para se tornar membro da prestigiosa Academia de Ciências de Paris.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória de Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé, como diretor da RHM deriva de um longo caminho que perpassa suas escolhas individuais, como o ingresso a aspirante na AM, além de um contexto social marcado por intensas transformações não apenas sociais e econômicas, como também dentro da Armada Imperial. Nesse sentido, é importante ratificar que esta instituição atravessava um processo de reformas e transformação do oficialato militar naval, que se profissionalizava e se modernizava.

As reformas nos estatutos que regiam a AM além de alterar a composição de seus quadros de oficiais, tornou seus militares capacitados com conhecimentos científicos que os habilitavam a realizar todo o escrutínio, mapeamento e proteção de fronteiras, costa, rios e lagos navegáveis do império brasileiro.

Nesse sentido, Lemos (1997), ao historicizar a trajetória de Benjamin Constant, faz a seguinte assertiva:

A significação geral da sua vida individual deriva do caminho que percorreu na sua formação pessoal, especialmente no que diz respeito a opções feitas diante de encruzilhadas intelectuais e políticas. Nesse percurso, algumas de suas intervenções sociais contribuíram para alterar o rumo do processo histórico brasileiro. Há em sua vida, entretanto, significados particulares emblemáticos da maneira como tendências gerais são sintetizadas pelo indivíduo, tornando-o em si mesmo um rico objeto de estudo. Essa valo-

rização da singularidade não traduz necessariamente uma abordagem que explique o geral a partir do detalhe, ou que vista “a camisola de dormir na história” ou que pretenda provocar no leitor prazeres de voyeur (Levillain, 1996:153). A singularidade do indivíduo pode ser tomada como um território em que determinadas questões históricas precisam se situar para ganhar significado, ainda que jamais desconectadas do social, mesmo porque -vale o truísmo -não existe sujeito fora das relações sociais. (op.cit., 68)

Teffé, assim como Benjamin Constant, participou da Guerra do Paraguai. Contudo, estavam realizando atividades e ocupavam espaços institucionais distintos: o primeiro pertencia ao oficialato de forças da Marinha e o segundo, do Exército, respectivamente. Tais observações nos permitem perceber que embora contemporâneos, ambos estavam inseridos em espaços de sociabilidades e redes de dependência completamente distintas, o que lhes proporcionaram experiências e escolhas muito distintas entre si, tornando a trajetória de cada um tão particular.

Ao comparar a carreira de Duque de Caxias, que também atuou no comando das tropas na Guerra do Paraguai, com a do General Osório, Barreto (2009) chama atenção para a noção de experiência, do particular, em sua análise:

A experiência é do campo do individual, do particular e do inimitável. Em vez de enfatizar as formas de homogeneidade social, ela põe em relevo a heterogeneidade que, em toda sociedade, prevalece quando se trata de distribuição de recursos, materiais ou simbólicos. Manoel Luís Osório e Luiz Alves de Lima agiam em função de uma situação que lhes era própria, absolutamente singular. (Barreto, 2009, p. 103)

Ao se graduar como guarda-marinha pela AM, Teffé atualizava a herança da família dentro das forças armadas brasileiras. Tanto por parte de pai, que atuou como mercenário na Guerra da Cisplatina, como por parte de mãe, descendente de militares. Tornou-se o representante da segunda geração de sua família a seguir a carreira militar no Brasil, dentro de uma instituição que, apesar das reformas para modernizá-la, ainda mantinha uma tradição aristocrática.

Com uma formação técnico-científica dentro dos moldes ilustrados proporcionada pela AM, uma instituição que profissionalizava sua jovem oficialidade segundo noções modernas de ciência, parte de um novo entendimento a respeito do papel das forças armadas na consolidação da ordem imperial no Brasil, Hoonholtz tinha conhecimentos que o habilitava a fazer cálculos geodésicos, astronômicos, de desenho e manuseio de instrumentos óticos de precisão.

A experiência como instrutor de hidrografia na AM, a publicação de um "Compêndio de Hidrografia", adotado na instrução de alunos da instituição e a participação em expedições ao lado de figuras importantes, como o Visconde De Lamare, que já atentava para a necessidade da criação de um serviço permanente de hidrografia como uma estratégia importante para a manutenção de um território coeso e da soberania da nação, foi de grande relevância para que Teffé se afirmasse como um intelectual comprometido com a afirmação e consolidação da Hidrografia como um campo de saber e de interesse militar naquele período.

A distinção com o título de Barão de Teffé veio após o êxito na expedição demarcatória da fronteira com o Peru em 1871, realizada conjuntamente com representantes daquele país e que assegurou

para o território brasileiro uma grande extensão de terras.

A criação da RHM em 1876 representou um importante marco no processo de institucionalização da Hidrografia no Brasil, que se consolidou como um conhecimento de grande relevância para a demarcação de fronteiras e integração do território. Esta ação era parte de um projeto de consolidação nacional do império. A nomeação do Barão de Teffé como seu primeiro diretor, cargo no qual permaneceu por quase 15 anos, importa no seu reconhecimento como a pessoa mais capacitada dentro desta temática em todo o império.

Nesse sentido, Kapil Raj (2015) é enfático ao chamar atenção para os circuitos e as pessoas que participam de atividades científicas, ainda que os meios materiais e de circulação sejam influenciados pelas dinâmicas de poder locais.

A participação do Barão de Teffé na Expedição de Observação da Passagem de Vênus pelo disco solar, alçou seu prestígio a um patamar internacional e abriu portas em diversas instituições científicas de grande importância, não apenas no Brasil, mas também da Europa. Após ser demitido da RHM em 1889, Teffé foi transferido para a reserva em 1891; em 1912, foi reformado no mesmo posto tornando-se almirante e faleceu em 1931, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, pouco antes de completar 94 anos.

Através da trajetória de Antônio Luís von Hoonholtz, podemos observar que seus trabalhos hidrográficos ocuparam parte importante da vida profissional. Embora não seja a única, sua história é parte muito relevante na reflexão a respeito da implantação de atividades científicas na área da hidrografia na segunda metade do século XIX. Além disso, nos ajuda a perceber mais claramente a formação e consolidação de comunidades científicas na

corte, além de constituir um bom exemplo para se pensar a relação entre ciência e construção do território nacional ao longo do oitocentos.

## REFERÊNCIAS

### ***Bibliografia***

ARTUR ÍNDIO DO BRASIL. Verbetes. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Indio%20do.pdf>

AGUIAR, Alexandra do Nascimento. *O trânsito de Vênus: a ciência entre a política e a vocação*. In: *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 24, V. 9, N. 2(mai./ago. 2017);

AZEVEDO, Fernando de Azevedo. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BARBOZA, Christina Helena da Motta. *O encontro do Rei com Vênus*. A trajetória do Observatório do Castelo no ocaso do Império. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1994, 115 p.

BARRETO, Adriana. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 90-111.

CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DONIN, Luana de Amorim. *A academia de Marinha: Normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1855)* - Niterói: UFF/PPGH, 2014.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

ELIAS, Norbert. *Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins*. *Mana* [Internet]. 2001. Apr;7(1):89–116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132001000100005>.

HOONHOLTZ, Antônio Luís von. *Memórias do Almirante Barão de Teffé: a batalha naval do Riachuelo contada à família em carta íntima poucos dias depois d'esse feito*. Rio de Janeiro: 1865

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: biografia e explicação histórica*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.10, n. 19, p.67-81, 1997.

MARTINS, Hélio Leôncio. *Abrindo estradas no mar: hidrografia da costa brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

MARY, C. P. O Barão de Teffé e uma geografia de brasileiros. In: *II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, 2009, Niterói. Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo: USP, 2009. v. 1.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. "Nos braços de Vênus às poltronas da Academia". Artigos *Navigator*, no.1/2005. [http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1\\_art1.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf)

NADER, Rundsthein Vasques. *Eclipses e trânsitos planetários no século XIX: A modernização da Astronomia Observacional no Brasil de 1850 ao final do segundo império*. Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2015. 222p.

OLIVEIRA, José Carlos. João VI: Adorador do Deus das Ciências? Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

RAJ, Kapil. (2015). Além do pós-colonialismo. E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Tradução de Juliana Freire. *Revista Maracanã*, (13), 164-175. <https://doi.org/10.12957/revmar.2015.20133>

RIBEIRO. Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, José Iran. Considerações sobre a presença de militares napoleônicos no Império do Brasil. In: *Almanak*, (23), 2019. p. 93-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320192305>.

SALLES, Ricardo (1990). *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SILVA, Carlos André Lopes da. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2012. 291p. E

SILVA, Carlos André Lopes da. A Academia dos Guardas-Marinha na formação do oficialato militar-naval português do final dos Setecentos: uma análise comparativa dos

currículos. In: *5o Congresso da História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia: Scientiarum Historia V, 2012, Rio de Janeiro. 5o Congresso da História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia: Scientiarum Historia V*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. v. 1. p. 185-192. Disponível em: [http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh5/trabalhos%20orais%20completos/trabalho\\_001.pdf](http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh5/trabalhos%20orais%20completos/trabalho_001.pdf)

SCHWARCZ. Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEFFÉ, Tetra. *Barão de Teffé, militar e cientista: Biografia do Almirante Antônio Luiz Von Hoonholtz*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1977.

VERGARA, Moema. Geodésia no Brasil na passagem do século XIX e XX. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, ISSN 2176-3275, v. 15, n. 2, p. 256- 267, jul | dez 2022

### **Documentos**

DPHDM. Antônio Luiz von Hoonholtz. 3º Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional. Nº 47624. Arquivar. Arquivo da Marinha. p.200-203.

DPHDM. Antônio Luis von Hoonholtz. (foto)

BN. Plano da *vuelta del* Riachuelo: com posições das esquadras do Brazil e Paraguay na Batalha Naval de 11 de junho de 1865. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430600>.

BN. Antônio Luís von Hoonholtz. Plano da *vuelta del* Riachuelo: com posições das esquadras do Brazil e Paraguay na Batalha Naval de 11 de junho de 1865. *Semana Ilustrada*, nº 244, 1865.

BN. Observatório D. Pedro II, Ilha de S. Thomaz, possessão dinamarquesa nas Antilhas: vista interior da parte de Oeste do grande pavilhão central contendo a equatorial do Barão de Teffé. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/18674>.

BN. Comissão Astronômica Brasileira: passagem de Vênus de 6 de dezembro de 1882. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=4866](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=4866).

### **Legislação**

BRASIL. Decreto nº 6.113, de 2 de fevereiro de 1876. Crêa a Repartição Hydrographica, e manda executar o Regulamento que a deve reger. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Pág. 193, Vol. 1 pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6113-2-fevereiro-1876-549077-publicacaooriginal-64407-pe.html>.

BRASIL. Decreto nº 77.070, de 21 de janeiro de 1976. Que considera o Capitão-de-Fragata Manoel Antonio Vital de Oliveira Patrono da Hidrografia da Marinha <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77070-21-janeiro-1976-425502-publicacaooriginal-1-pe.html>.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>A autora é também Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (PPGPAT/COC/FIOCRUZ).

<sup>2</sup>Para melhor compreender a integração de mercenários estrangeiros às forças armadas durante o primeiro reinado, ler: LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os mercenários do Imperador. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

<sup>3</sup>DPHDM. Antônio Luiz von Hoonholtz. 3º Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional. Nº 47624. Arquivar. Arquivo da Marinha. p.200-203.

<sup>4</sup>José Maria Dantas Pereira (1772-1836), foi professor de Matemática da AGM responsável por modernizá-la e, no contexto das invasões napoleônicas, embarcou para o Brasil com professores, mobiliário, biblioteca e todo material didático da AGM na nau Conde D. Henrique II, que acompanhou a Família Real em sua fuga até o Brasil. Ver: ALMEIDA, Tiago Manuel de. Biografia de José Maria Dantas Pereira, Dissertação, apresentada à Escola Naval para obtenção do grau de mestre em Ciências Militares Navais na especialidade de Marinha, Alfeite, 2018.

<sup>5</sup>De acordo com Moema Vergara, “A geodésia é uma aplicação da astronomia que se ocupa com a geometria do globo terrestre, fundamental para a determinação de coordenadas geográficas e medidas espaciais”. (VERGARA, 2022: p.257).

<sup>6</sup>Decreto nº 2.163, de 1º de Maio de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha, em virtude da autorização concedida no § 3.º do art. 5.º da Lei N. 862 de 30 de julho de 1856. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2163-1-maio-1858-557092-publicacaooriginal-77401-pe.html>.

<sup>7</sup>José Antônio Saraiva (1823-1895), também conhecido como Conselheiro Saraiva, foi um importante advogado e político brasileiro. Foi o responsável pela aprovação da chamada Lei Saraiva, que introduziu o sufrágio direto no Brasil. E, juntamente com João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, pela aprovação da Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, que libertou os escravos a partir dos 60 anos de idade. Ocupou o cargo de Ministro da Marinha do Brasil entre os anos de 1857 e 1858.

<sup>8</sup>Importante político e militar brasileiro, participou da Guerra contra Oribe e Rosas em 1851 e ocupou o cargo de Ministro da Marinha por duas ocasiões: em 1862-1864 e 1864-1865.

<sup>9</sup>Vital de Oliveira foi nomeado Patrono da Hidrografia da Marinha através do Decreto nº 77.070, de 21 de janeiro de 1976. Sua data de nascimento, dia 28 de setembro, é comemorada



como “Dia do Hidrógrafo” no Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77070-21-janeiro-1976-425502-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>10</sup> Joaquim José Inácio (1808-1869), o Visconde de Inhaúma. Foi um militar da Armada imperial e político. Ocupou o Ministério da Marinha de 1822 a 1824.

<sup>11</sup> Para melhor compreender sobre a Guerra do Paraguai e o seu impacto na sociedade brasileira ler: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997; E SALLES, Ricardo (1990). *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>13</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), foi um importante engenheiro militar, positivista e político brasileiro. Participou da Guerra do Paraguai e ocupou o Ministério da Guerra durante o governo provisório após a Proclamação da República, entre 1889 e 1892.

<sup>14</sup> Sobre as representações da Guerra do Paraguai feitas sob a perspectiva dos militares, ver: ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de *A Semana Ilustrada e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, 2011.

<sup>15</sup> Plano da *vuelta del Riachuelo*: com posições das esquadras do Brasil e Paraguay na Batalha Naval de 11 de junho de 1865. Entre a esquadra paraguaia protegida pela artilharia e fuzilaria das Barrancas e a 2ª divisão da esquadra brasileira. Explicações: Vapor paraguaio *Tucuary* (A), *Igurey* (B), *Marquez de Olinda* (C), *Salto Oriental* (D), *Paraguay* (E), *Ipora* (F), *Jejuy* (G), *Pirabebé* (G), *Paraguay* depois de perdido (B'), Cavernas de um Brigue perdido no banco (Z), vapor brasileiro *Jequitinhonha* depois de encalhado (X). As letras minúsculas são as *chatas*. Uma cópia “Reduzida e desenhada no Arch. Militar pelo Major graduado J. N. de M. Mallet em 1876” está disponível para consulta em: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/430600>.

<sup>16</sup> Devido ao impacto e à grande importância desta vitória para a História Marítima e Naval brasileira, desde então todo dia 11 de junho passou a ser celebrado o dia da Batalha do Riachuelo, tornando-se uma tradição marcada por cerimônias, pela entrega de medalhas e condecorações. Desde 2023 a data passou a ser comemorada como “Dia da Marinha do Brasil”.

<sup>17</sup> Ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Nair de Teffé: vidas cruzadas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>18</sup> Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923). Militar e político brasileiro. Sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil (1889-1891). Foi Ministro da Guerra durante o governo do presidente Afonso Pena (1906-1919) e eleito o oitavo presidente do Brasil (1810-1814).

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto nº 6.113, de 2 de fevereiro de 1876. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Pág. 193, Vol. 1 pt. II. Cria a Repartição Hidrográfica e manda executar o Regulamento que a deve reger. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6113-2-fevereiro-1876-549077-publicacaooriginal-64407-pe.html>.

<sup>20</sup>Luíz Antônio Pereira Franco (1827-1902), o Barão de Pereira Franco. Foi um magistrado e político Brasileiro. Ocupou os cargos de Ministro da Marinha em duas ocasiões distintas (1870-1871 e 1875-1878) e Ministro da Guerra (1876-1878).

<sup>21</sup>Manuel Antônio Duarte de Azevedo (1831-1912), bacharel em direito e político brasileiro de 1871 a 1872.

<sup>22</sup>Não existem muitas informações disponíveis sobre Lauriano José Martins Penha Júnior. Apenas que foi desenhista da Repartição Hidrográfica entre 1876 e 1879.

<sup>23</sup>Artur Índio do Brasil (1853-1933). Oficial da Armada formado pela AM. Atuou na Repartição Hidrográfica da Marinha. Ver: ARTUR ÍNDIO DO BRASIL. Verbete. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Indio%20do.pdf>.

<sup>24</sup>Luís Fernando Cruls (1848-1908), engenheiro e astrônomo belga, que assumiu a direção do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (IORJ) no período de 1881 a 1908. Também participou da Comissão de Exploração que mapeou o Planalto Central do Brasil com o fim de determinar a localização da futura capital do país.

<sup>25</sup>Julião de Oliveira Lacaille (1851-1926), militar e astrônomo brasileiro. Atuava no Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Chefiou a Expedição Astronômica de Observação do Trânsito de Vênus em 1882, em Pernambuco, e participou da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, em 1894.

<sup>26</sup>João Carlos de Souza Jacques (1825-1890). Militar da armada imperial e Astrônomo. Atuou no Observatório Astronômico do Rio de Janeiro (IORJ) por mais de 30 anos.

<sup>27</sup>Sobre a dimensão política das discussões a respeito da passagem do trânsito de vênus, ver: AGUIAR, Alexandra do Nascimento. O trânsito de Vênus: a ciência entre a política e a vocação. In: *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 24, V. 9, N. 2(mai./ago. 2017); E BARBOZA, Christina Helena da Motta. O encontro do Rei com Vênus. A trajetória do Observatório do Castelo no ocaso do Império. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1994, 115 p.